



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

### UMA NOVA PRÁTICA NAS AULAS DE HISTÓRIA NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Juliana Siqueira Pires (UERJ) - juliana.siqueira@bol.com.br*

#### RESUMO

Esse trabalho pretende levantar questionamentos sobre as práticas do ensino de história nos primeiros anos do ensino fundamental e a importância da construção de conceitos de tempo histórico e narrativas. Utilizaremos alguns suportes teóricos de Nicole Laroux acerca do “Elogio do anacronismo”, Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre “Fazer defeitos nas memórias” e Ilmar Rohloff de Mattos sobre aula como texto. É possível utilizar a teoria da história nos primeiros anos do ensino fundamental? Como professores polivalentes podem trabalhar conceitos de Memória, Identidade e a Narrativa no ciclo de alfabetização? Partindo de tais indagações iremos desenvolver uma breve reflexão sobre as teorias da história e a prática pedagógica. O ambiente escolar é um dos espaços que permitem a transformação, a aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano, sendo assim a disciplina de história pode contribuir para a reflexão de como a memória é construída e as identidades são construções sociais temporais. As reflexões desenvolvidas a partir dos questionamentos mencionados acima foram desenvolvidas com base nas experiências acadêmicas e prática docente com o ensino de história, possibilitando assim no desenvolvimento de competências e habilidades que constituem as identidades culturais e a concepção de memória social. As atividades foram elaboradas para abranger a temática da educação para as relações étnico-racial, tendo como um dos suportes teórico-metodológico a publicação do Ministério da Educação, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Para se cumprir a legislação sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é necessário uma ampliação do foco nos currículos escolares para a diversidade racial e cultural brasileira. Trabalhar os conteúdos de forma a ir muito além do africano como escravizado (não escravo, afinal há diferença, ser escravo é uma condição naturalizada e escravizado algo que lhe foi imposto), e das populações indígenas como seres congelados no tempo, numa ideia que ainda permeia de andar com pinturas corporais, adornos feitos de penas de aves e o isolamento como única forma de viver sua cultura.

**Palavras-chave:** Ensino de história. Relações étnico-raciais.

#### 1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço de transformação, de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, sendo assim a escola pode contribuir para a reflexão de como o discurso racista ainda está presente em nossa sociedade. Para melhor compreensão da importância do papel transformador da escola, uma fala de Nelson Mandela exemplifica esse



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

aspecto transformador: *“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”* Para se cumprir a legislação sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é necessário uma ampliação do foco nos currículos escolares para a diversidade racial e cultural brasileira. Trabalhar os conteúdos de forma a ir muito além do africano como escravizado, sendo assim a disciplina de história pode contribuir para a reflexão de como a memória é construída e as identidades são construções sociais temporais.

As reflexões desenvolvidas a partir dos questionamentos mencionados acima foram desenvolvidas com base nas experiências acadêmicas e prática docente com o ensino de história, possibilitando assim o desenvolvimento de competências e habilidades que constituem as identidades culturais e a concepção de memória social.

## **2 PROFESSORES E A AUTORIA DAS AULAS**

Ao entendermos que toda aula é fazer história, como nos afirma Mattos (2006), os professores de história são historiadores e que estão constantemente produzindo um texto e esse texto precisa atender as demandas de um público que será o leitor. Os professores polivalentes do ensino fundamental ao planejarem suas aulas voltadas para os conteúdos destinados à área de história precisam refletir sobre: O que esse leitor está de fato questionando a partir desse texto lido? O texto lido está sendo recebido de que maneira por esse leitor? Tais questionamentos devem estar sempre presentes ao elaborar uma aula de história.

Ao entendermos que as aulas de história criam e redefinem memórias, as participações de grupos sociais na história passaram a ter uma nova análise na construção da sociedade. A atuação do movimento negro a partir na década de 70 do século XX, se intensifica e favorecem a discussão sobre a participação negra na sociedade. A lei 10.639/03 é resultado da luta desse movimento e é uma alteração na lei 9.394/96, a lei de Diretrizes e Bases da



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

Educação Brasileira (LDB). A alteração estabelece incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

A lei 10.639/03 surgiu por demanda popular, uma conquista de vários anos de reivindicação, pois a partir dela se torna obrigatório que tais autores sejam reconhecidos na construção da história brasileira. A publicação pelo Ministério da Educação (MEC) dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, introduziram o ensino de história africana, podemos dizer que foi o engatinhar da temática e as diretrizes o caminhar para a consolidação nos currículos.

Nos anos iniciais as atividades devem partir da própria história de vida dos discentes e gradualmente ir ampliando o olhar para o estudo da história local que ao ser apresentada como algo vibrante pode despertar grande interesse e facilitar na compreensão dos conceitos históricos. Fonseca nos apresenta a importância da metodologia que busca a problematização das vivências:

*A proposta de metodologia de Ensino de História que valoriza a problematização, a análise crítica da realidade, concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos, que cotidianamente atuam, transformam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivências: em casa, no trabalho, na escola, (...) Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é apenas herdada via nacionalidade, nem liga-se a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição de cidadão a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência. (FONSECA, 1993: 18)*

O ensino de história nos anos iniciais precisa promover o saber histórico escolar a partir de três conceitos: O fato histórico, de sujeito histórico e de tempo histórico. As proporções e definições que são dadas a esses três conceitos orientam a concepção histórica envolvida no ensino da disciplina.

O professor precisa identificar tais conceitos em seu trabalho pedagógico como a necessidade de dinamizar conceitos como o fato histórico: uma reflexão sobre a atividade cotidiana; o tempo histórico: suporte para uma avaliação sobre o tempo e finalmente, uma observação e avaliação sobre as ações cotidianas que identificam o sujeito histórico, partindo da premissa do cotidiano da criança. Sendo assim, o ensino de história nos anos iniciais torna-



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

se relevante, já que as relações entre o tempo e espaço também dependem da ação do homem em seu meio. Fazendo com que a história seja percebida na construção das identidades sociais.

Trabalhar a identidade negra se faz necessária, pois grande parte da população brasileira é negra, sendo assim nossos alunos também e a temática é de importância para os não negros também, como nos mostra Munanga:

*O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.16).*

A lei em si não basta, é preciso que modifiquemos as práticas de ensino-aprendizagem para que tenhamos um resultado eficaz, valorizando conhecimentos e práticas da cultura africana, procurando fazer acontecer mudanças necessárias. Assim sendo, o passo inicial deve ser a reflexão e fomentar questionamentos com os docentes para que os mesmos possam compreender a importância de contribuir no processo de construção de uma sociedade plural e democrática que respeita as individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

Diante da vivência do cotidiano escolar com meninos e meninas que enfrentam diariamente o racismo percebemos a necessidade de atividades para desconstruirmos vários preconceitos que ecoam em nossas salas de aula. Percebemos em nossos alunos que muitos carregam consigo um discurso imbuído de preconceito, entretanto essas falas e atitudes são cópias reproduzidas do que vivenciam em seu contexto familiar, religioso e até mesmo escolar.

Resgatar a diferença cultural como pressuposto de uma educação anti-racista significa explicitar a maneira como as desigualdades são construídas e, a partir disto, perseguir a equidade enquanto possibilidade de considerar “o respeito à pessoa humana na apreciação do que lhe é devido” (D’ADESKY, 2001, p.232), tendo em mente a noção de equidade, que



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

*(...) aplicada à sociedade, ela tem por vocação estabelecer um equilíbrio entre os indivíduos pertencentes às diversas coletividades e grupos culturais. (...) Equidade é a busca de critérios mais exigentes de igualdade (D'ADESKY, 2001, p.232-233).*

A construção identitária de cada um (a) está sempre em formação, identidades e subjetividades são processos intercambiáveis, resultando em uma imensidão de sentimentos envolvidos através da forma como as pessoas nos fazem perceber. Só sabemos quem somos por não sermos o outro, semelhanças e diferenças definem nossas relações, desta forma quando buscamos uma educação para equidade essas diferenças não levam a hierarquização.

Para se cumprir a legislação sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é necessário uma ampliação do foco nos currículos escolares para a diversidade racial e cultural brasileira. Trabalhar os conteúdos de forma a ir muito além do africano como escravizado (não escravo, afinal há diferença, ser escravo é uma condição naturalizada e escravizado algo que lhe foi imposto), e das populações indígenas como seres congelados no tempo, numa ideia que ainda permeia de andar com pinturas corporais, adornos feitos de penas de aves e o isolamento como única forma de viver sua cultura. Assim como entender que mesmo usando um termo generalista como “africanos” e “indígenas” estamos falando de vários grupos étnicos distintos que estão inseridos nesses termos.

Ao trabalharmos com a História da África, devemos pensar nos quatro princípios destacados por Joseph Ki-Zerbo para os estudos de história da África: A importância da interdisciplinaridade; Buscar sempre apresentar a História da África do ponto de vista africano e não de fora para dentro; Apresentar a história dos povos africanos em conjunto em toda a sua complexidade e não de forma simplista e homogeneizada; E por último evitar ser factual. (UNESCO, 2010.) Devemos sempre apresentar e trabalhar conceitos vindos dos africanos. Desenvolver um estudo com um grupo de pessoas sem levar em consideração como os mesmos se veem é fazer uma análise incompleta. Um pesquisador ao desenvolver seu estudo é influenciado pela cultura a qual está inserido. Sua análise partirá sempre a partir de um olhar de estranheza sobre a cultura do outro.

Toda expressão da cultura humana é complexa, sendo assim o estudo dos povos africanos deve levar em consideração tal complexidade. Relatar de forma simplista e homogeneizada é desconsiderar inúmeros aspectos culturais. Apresentar aspectos da cultura de uma etnia é importante para mostrar as semelhanças entre as mais diversas culturas que temos no mundo. Quando começamos a trabalhar os aspectos culturais das etnias africanas,



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

nos deparamos com uma diversidade que enriquece o trabalho. Cabe resaltar que há aspectos que precisam ser desmistificados, o censo comum brasileiro é impregnado de mitos e medos sobre tais culturas, sendo assim trabalhar com questões que já estão presentes no imaginário coletivo se faz necessário para transformar opiniões em conhecimento.

Para auxiliar nessa tarefa o Estado tem fornecido subsídios para a renovação das práticas docentes, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2005), onde se encontra orientações para a valorização das relações étnico-raciais com o intuito de combater o racismo e as discriminações.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais apresentam várias sugestões de atividades para serem desenvolvidas com os discentes e estão separadas por cada etapa do ensino (educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio e ensino superior). A proposta do material é de ser um suporte para docentes que não tiveram uma formação específica para trabalhar com a temática.

### **3 CONCLUSÃO**

Os estudos sobre a cultura afro-brasileira não podem ser reduzidos a eventos esporádicos ou simples unidades didáticas soltas, devem estar inseridos no currículo e no cotidiano da prática pedagógica. Enfatizar as contribuições sociais, econômicas, culturais, políticas, intelectuais, experiências, estratégias e valores que estão presentes em nosso dia-a-dia, nos alicerces de nossa sociedade, faz parte desse processo. Assim sendo, é de fundamental importância um trabalho sistêmico e que envolva toda a comunidade educacional sobre a cultura afro-brasileira. Em que as noções de memória, identidade e tempo perpassem os conteúdos e atividades desenvolvidas, pois assim as aulas de história irão contribuir para a construção de uma sociedade que se constitui a partir da equidade.



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

### ABSTRACT

This work aims to raise questions about the practices of teaching history in the first years of elementary school and the importance of constructing concepts of historical time and narratives. We will use some theoretical support of Nicole Laroux about the "Praise of anachronism", Durval Muniz de Albuquerque Júnior on "Making defects in memories" and Ilmar Rohloff de Mattos on class as text. Is it possible to use history theory in the first years of elementary school? How can multi-purpose teachers work on concepts of Memory, Identity and Narrative in the literacy cycle? Starting from such inquiries we will develop a brief reflection on theories of history and pedagogical practice. The school environment is one of the spaces that allow the transformation, learning and development of the human being, thus the discipline of history can contribute to the reflection of how memory is built and identities are temporal social constructions. The reflections developed from the questions mentioned above were developed based on academic experiences and teaching practice with the teaching of history, thus enabling the development of skills and abilities that constitute cultural identities and the conception of social memory. The activities were elaborated to cover the theme of education for ethnic-racial relations, having as a theoretical and methodological support the publication of the Ministry of Education, the Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the teaching of History and Afro-Brazilian and African Culture. In order to comply with legislation on the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, it is necessary to increase the focus on school curricula for Brazilian racial and cultural diversity. To work the contents so as to go far beyond the African as enslaved (no slave, after all there is difference, being a slave is a naturalized condition and enslaved something imposed on him), and of the indigenous populations as beings frozen in time, in an idea that still it permeates walking with body paintings, adornments made of bird feathers and isolation as the only way to live their culture.

**Keywords:** History teaching. Ethnic-racial relations.

### REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das diretrizes curriculares para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan./jun. 2008.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.639** de 09 de Janeiro de 2003. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.645** de 10 de Março de 2008. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CRUZ, G. T. D. **Fundamentos teóricos das ciências humanas: história**. Curitiba: IESDE, 2003.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo Étnico E Multiculturalismo: Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FONSECA, Thaís Nivin de Lima. **História e ensino de História**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC, 2005. p. 39 – 62.

\_\_\_\_\_, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículos sem fronteiras**, v. 12, 2012. p. 98-109.

KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo** [online]. 2006, v.11, n.21, p.5-16. ISSN 1413-7704. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042006000200002>>.

MUNANGA. Kabengele. (org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.